

Registro de agrotóxicos

Decreto favorece culturas pequenas

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de acordo com o Decreto 4.074/2002, deve priorizar o registro de agrotóxicos com menor toxicidade. Hoje, 61% das 1.468 marcas já estão classificadas como de Classe Toxicológica III ou IV (menos tóxicas). Além disso, os pedidos de registro de produtos biológicos são aprovados mais rapidamente, no período de oito a 15 meses, pelos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde. As demandas são crescentes dos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e da Bahia, que têm interesse em cadastrar produtos biológicos, após o registro federal.

O melhor entendimento entre o Mapa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) é fundamental para minimizar as divergências existentes entre os técnicos. Somente assim, a sociedade assistirá a avanços das questões relacionadas às culturas pequenas, *minor crops*, também oficialmente designadas de Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

A Oficina de Mapeamento de Culturas, Ingredientes Ativos e Alvos Biológicos para Adesão à Norma de CSFI tem desenvolvido um conjunto de ações de modo a identificar ingredientes ativos e alvos biológicos para o uso de agrotóxicos em culturas com poucos registros de produtos.

Um dos objetivos é elaborar o manual de regulamentação da Instrução Normativa (IN) nº 1, que dispõe sobre o registro de agrotóxicos para a CSFI. Isso dará cobertura para sua comercialização, regularizando essas culturas e produtos, evitando resultados como o uso indevido em futuras análises. As culturas caíam na ilegalidade ao apresentar ingredientes ativos de produtos não autorizados para uso nas lavouras, notadamente nos cultivos de al-

gumas hortaliças/olerícolas. Um produto autorizado para o tomate, se aplicado em outra hortaliça/olerícola, gerava controvérsias nas análises da Anvisa.

Na prática, a IN abrigará as CSFI em grupos de culturas que já possuem agrotóxicos registrados. A legalização evitará a criminalização do produtor e do alimento. Em última instância, o Mapa, como responsável pelo registro dos produtos, deve zelar pelo rigor técnico e pela divulgação dos resultados das pesquisas para a imprensa. A análise das CSFI deve fazer parte de um projeto nacional, com o entendimento junto ao Ministério Público para o desenvolvimento de um termo de conduta e maior atenção na comunicação de risco para o consumidor.

Sabe-se que o processo de produção de dados é muito trabalhoso e criterioso. Normalmente, pode demorar cerca de três anos. Existem etapas fundamentais para serem superadas, sendo a prioridade técnica dirigida para os ingredientes ativos menos tóxicos. O objetivo final dos trabalhos é aperfeiçoar o modelo atual e chegar a um processo semelhante ao praticado na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos e no Canadá. Lá, os governos reúnem-se uma

vez por ano com representantes dos agricultores, das universidades e das empresas registrantes. As demandas são levantadas e registradas, e o governo organiza os ensaios.

Existem iniciativas interessantes a serem registradas. O Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal, do Mapa, já está próximo de dois anos, enquanto as pesquisas realizadas pelo Centro de Qualidade Hortigranjeira da Ceagesp mostram resultados positivos. Mas fica em aberto a questão da falta de produtos registrados para culturas menores, as chamadas CSFI, grupo que inclui frutas como caqui, caju e *kiwi*, além de mandioca, gengibre, macadâmia e várias hortaliças. O nível de resíduo pode ser baixo, mas o fato de o produtor usar um defensivo não registrado leva à ilegalidade. Isso precisa ser explicado para os consumidores.

Outras ações correm no sentido da definição das regras de registros de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica. A expectativa é que, para 2012, as opções para esse sistema de produção estejam em funcionamento.

As informações sobre a quantidade de produtos importados pelo Brasil são bem precárias.

Com a abertura da economia brasileira, aumentou substancialmente o número de produtos alimentícios importados. Assim como a necessidade de novas estratégias de controle dessas importações, o Brasil, a exemplo de outros países, deve se preparar para demonstrar que seus produtos no comércio nacional ou internacional atendem aos elevados padrões de qualidade e segurança. As CSFI fazem parte deste contexto. As grandes redes varejistas saíram na frente e correm na implantação de seus próprios sistemas de certificação para levarem credibilidade ao consumidor. ■



SXC.HU